

## INVESTIGAÇÕES SOBRE O PRINCÍPIO DA INDISSOCIABILIDADE NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

FREITAS<sup>1</sup>, Raquel Schenque de  
Universidade Federal do Rio Grande

BALDINO<sup>2</sup>, Marcela Teles  
Universidade Federal do Rio Grande

SANTOS<sup>3</sup>, Juliana Mendonça Pereira dos  
Universidade Federal do Rio Grande

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia. Bolsista PIBIC/CNPq [quelschenque-furg@hotmail.com](mailto:quelschenque-furg@hotmail.com)

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia. [annabiabia@hotmail.com](mailto:annabiabia@hotmail.com)

<sup>3</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia. [juliana-s-m@hotmail.com](mailto:juliana-s-m@hotmail.com)

3

TAUCHEN<sup>1</sup>, Gionara  
Universidade Federal do Rio Grande

<sup>1</sup>Doutora em Educação. [gjotauchen@gmail.com.br](mailto:gjotauchen@gmail.com.br)

### 1 INTRODUÇÃO

As instituições universitárias se constituíram historicamente vinculadas às aspirações e aos projetos nacionais de educação. A compreensão sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, não se restringe a uma questão conceitual ou legislativa, mas fundamentalmente, paradigmática, epistemológica e político-pedagógica, pois está relacionada às funções e à razão de ser das universidades. No presente trabalho, faremos uma aproximação conceitual ao princípio da indissociabilidade entre ensino (PIMENTA, 2002), pesquisa (SCHWARTZMAN, 1986) e extensão (BOTOMÉ, 1996), previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, investigando as referências e categorias emergentes nos trabalhos apresentados nas reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped).

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão caracteriza-se, de acordo com Rays (2003, p. 73), como “um processo multifacetado de relações e de correlações que busca a unidade da teoria e da prática”, pois constitui-se princípio das atividades-fins da universidade. Ao analisar a questão, Enricone (1996) destaca que foi nas últimas quatro décadas que as universidades públicas começaram a se preocupar com a pesquisa como atividade obrigatória, completando suas funções básicas com o ensino e a extensão. Então, ensino, pesquisa e extensão são mesmo indissociáveis? É possível conceber esses três pólos em um mesmo nível de importância? Qual a importância do princípio da indissociabilidade para a concepção de universidade?

### 2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

A investigação foi realizada por meio de análise textual qualitativa de Moraes (2003, 2006), organizada a partir de um processo cíclico e auto-organizado de construção de compreensões. Iniciamos o estudo com a seleção dos artigos das reuniões anuais da Anped dos últimos oito anos, no Grupo de Trabalho Políticas de Educação Superior, que versavam sobre a temática, definindo as unidades de análise. Após a seleção, realizamos a desconstrução e unitarização do *corpus*, desintegrando os textos para buscar e destacar seus elementos constituintes a fim de construir a categorização, análise e sistematização do estudo.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos artigos analisados, são preponderantes as categorias funções e atividades e sua utilização como sinônimos. A partir dessa análise, entendemos que a missão da universidade está ligada à promoção de "valores fundamentais"; que as atividades são instrumentos, condições ou meios através das quais se realizam os objetivos (funções, atribuições) da universidade que estão vinculadas a tarefas historicamente relevantes.

Sobre a categoria indissociabilidade, Bittar (2000, p.9), ao analisar as universidades confessionais, afirma que "algumas já acumulavam experiências nessa área antes mesmo do preceito constitucional que prevê a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão".

No artigo escrito por Andrade (2000) salienta-se a necessidade de integração entre as atividades universitárias para o desenvolvimento da autonomia da instituição, destacando, ainda, que o desenvolvimento do pensamento crítico "se faz pela indissociabilidade das atividades de produção, transmissão e socialização do conhecimento (pesquisa/ensino/extensão)", potencializando o desenvolvimento de competências.

No tocante à identidade universitária, os artigos analisados mobilizam essa categoria vinculada às demandas históricas, ao desenvolvimento das atividades e funções universitárias no contexto das necessidades dos Estados nacionais. Concordam, igualmente, na dificuldade de definir uma única identidade para a instituição universitária, dadas as contradições, modelos de referência e valoração de diferentes princípios ao longo de sua história.

### 4 CONCLUSÕES

As aproximações e conceituações, realizadas no caminho que percorremos em busca da compreensão do princípio da indissociabilidade, nos colocam frente a novos desafios para a universidade no que se refere a sua finalidade e identidade. Embora sua existência mundial seja de séculos, e mais recentemente no Brasil, não há um conceito único e universalmente aceito, nem mesmo uma coerência sobre as suas funções do ponto de vista legislativo e político-pedagógico. No entanto, pode-se dizer que um dos pontos de encontro, legitimados pela tradição, refere-se ao espaço da universidade na sociedade: campo de produção e divulgação do conhecimento (SANTOS, 1996; 2005). Contudo, mais uma vez, não há consenso quando se trata de discutir suas

funções, atividades e objetivos: para uns, a pesquisa deve ser o ponto central dos trabalhos universitários; para outros, a docência; e há ainda os que, além de vislumbrarem as duas funções, destacam a extensão como atividade articuladora da universidade com a sociedade.

## 5 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luiz Antônio Botelho; LONGO, Waldimir Pirró; PASSOS, Eduardo. Autonomia: um modelo explicativo da ontologia da universidade. . 23ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Caxambu, MG, 24 a 28 de setembro de 2000. Disponível em:<<http://www.anped.org.br/reunioes/23/23reuan.htm>>. Acessado em 13 de abril de 2009.

BITTAR, Mariluce. O ensino superior privado no Brasil e a formação do segmento das universidades comunitárias. 23ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Caxambu, MG, 24 a 28 de setembro de 2000. Disponível em:<<http://www.anped.org.br/reunioes/23/23reuan.htm>>. Acessado em 13 de abril de 2009.

BOTOMÉ, Sílvio Paulo. **Pesquisa alienada e ensino alienante**: o equívoco da extensão universitária. Petrópolis: Vozes, 1996.

ENRICONE, Délcia. **Os desafios da pesquisa**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**. Bauru, v.9, nº 2, 2003. p. 91-211.

\_\_\_\_\_; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise Textual Discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**. Bauru v.12, n. 1, 2006. p. 117-128.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, L. das G.C. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

RAYS, Oswaldo Alonso. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. **Revista Cadernos de Educação Especial**, n. 21, 2003, p. 71-85.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. **A universidade do século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Pesquisa universitária em questão**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

